

## 2. Políticas, instituições e cidadania

OC - (23128) - OS AGENTES JURÍDICOS NA DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTI+: PERCURSOS BIOGRÁFICOS E PROJETOS DE VIDA

Luiza Cotta Pimenta (Brazil)<sup>1,2</sup>

1 - Universidade Federal de Juiz de Fora; 2 - Centro em Rede de Investigação em Antropologia

A investigação dos agentes jurídicos e de suas trajetórias se apresenta como um desdobramento das pesquisas sobre disputas por direitos da população LGBTI+. A partir da observação participante e de entrevistas realizadas com advogados surgem categorias como: "agentes facilitadores", "agentes transformadores" e "intercessores", para descrever o papel dos advogados perante seus assistidos e perante as instituições distribuidoras de direitos. As disputas e negociações pela emancipação da população LGBTI+ no mundo jurídico carregam muitos julgamentos de ordem moral, espaços para subjetividade e desconfiças, por isso é de se questionar, o que leva certos advogados a enveredar por esta linha de atuação?

Seguindo as lições de Gilberto Velho (1994) uma "outra cultura" pode ser delineada a partir das experiências partilhadas pelos agentes jurídicos que atuam em demandas por direitos da população LGBTI+. Estes grupos se distribuem à nível geográfico, integrando redes online e off-line, coparticipando de uma visão crítica sobre a distribuição dos direitos na nossa sociedade em relação à comunidade LGBTI+. Velho (1994) em seus estudos sobre grupos tidos como "desviantes", entende que é "um problema crucial perceber se e quando os indivíduos que partilham preferências por comportamentos condenados ou discriminados desenvolvem uma identidade comum e solidariedade" (1994, p. 16). Para o autor, participar desta agregação implica o partilhamento de emoções, que são capazes de traduzir o grau de pertencimento dos indivíduos a estes movimentos.

Em sede de comunicação oral, irei narrar o caso da advogada Simone que, apesar de ser uma mulher cisgênero e heterossexual, em sua trajetória de vida atravessou desafios desde o ingresso no poder judiciário brasileiro. Mesmo após a sua aprovação em concurso público, permaneceu sendo discriminada, o que a fez buscar apoio em movimentos de mulheres da sua cidade, passando a se reconhecer em outras mulheres "através de semelhanças e coincidências" (Velho, 1994, p. 28).

**Palavras-chave : Trajetórias de vida, Agentes jurídicos, Direitos LGBTI+, Instituições, Poder jurídico**